
Fotojornalismo(s) em aliança: imagens contra a precariedade e a precarização¹

Rafael Giovanni VENUTO²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC

RESUMO

Neste texto buscamos refletir sobre a potencial capacidade do[s] fotojornalismo[s] no sentido de se somar[em] às diversas lutas contra a precariedade e a precarização. Enquanto partícipes e constituintes dos próprios acontecimentos, sugerimos que as imagens jornalísticas (*críticas, transitivas, porosas e dissensuais*) podem colaborar para o embaralhamento de posições e à desidentificação sem os quais a atividade política é arrefecida. A partir de contribuições de Judith Butler, Jacques Rancière, Chantal Mouffe e Didi-Huberman, em especial, sinalizamos à potência das imagens que se unem às modificações que a resistência e as subjetivações estético-políticas produzem em comunidade. Como aliadas, tais imagens se “serviriam” da não-normatividade e da transgressão dos fotojornalistas, mas também de suas articulações emancipatórias, para o reconhecimento de diferentes paisagens do possível.

PALAVRAS-CHAVE: fotojornalismo; precariedade; precarização, resistência; subjetivação estético-política.

Em uma de suas principais obras, *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018), Judith Butler comenta brevemente sobre a participação da mídia na cobertura de eventos (manifestações, protestos, ocupações etc) que pretendem resistir ao sistema neoliberal que precariza nossos modos de existência e a própria participação política, entre outras coisas. Embora seu foco, no referido livro, não seja analisar o papel que as imagens midiáticas desempenham em tais casos, suas ponderações acabam por tocar tal aspecto de modo muito preciso e instigante. Diante disso, interessa-nos recuperar parte de tal abordagem para pensar possíveis contribuições do[s] fotojornalismo[s]³ realizado[s] em contextos de luta e resistência, isto para refletirmos sobre sua hipotética capacidade de se somar às redes

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando junto ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Programa UNIEDU/FUMDES Pós-Graduação, e-mail rafael.vnt@gmail.com

³ Utilizamos o plural de fotojornalismo por entendermos que ele, como atividade, é múltiplo, mas também porque os significados derivados de quaisquer imagens andam a par com a recepção dos sujeitos que as observam e complementam, o que remete às experiências estéticas de cada um de nós em particular. Em que pese isso, no entanto, e a fim de facilitar a leitura, doravante seguiremos com o singular: fotojornalismo.

que visam "[...] desenhar uma paisagem nova do dizível, do visível e do factível", forjando "[...] contra o consenso outras formas de sentido comum, formas de um sentido comum polêmico" (RANCIÈRE, 2012, p. 100), o que também implica retomarmos discussões em torno dos enquadramentos e suas dimensões estético-políticas nos processos de construção e apreensão do chamado "real".

Assim, e antes de prosseguirmos mais detidamente no sentido de encaminhar tal reflexão, convém comentarmos sobre a *democracia*, este "ente" sem o qual o próprio fotojornalismo se torna impossível e que tantas vezes é confundido com meros processos decisórios em torno da escolha de líderes que, não raramente em tese, deveriam nos representar enquanto "povo", o qual não é uma população ou coletivo definido, monocórdio e unívoco (o *povo brasileiro*, por exemplo), tampouco aquilo que os enquadramentos da mídia nos oferecem durante a cobertura de uma manifestação na Avenida Paulista ou em qualquer outro lugar que agregue um certo número de pessoas. Para Butler (2018, n.p.), "talvez 'o povo' seja uma designação que ultrapassa todo e qualquer enquadramento visual que busque capturar as pessoas, e os enquadramentos mais democráticos são aqueles capazes de organizar a sua característica porosa [...]". Sempre há "algo" *fora do quadro*, afinal⁴.

Na *democracia radical*, de que o pensamento de Butler claramente se aproxima, cada um é irrepresentável por outros meios que não sejam seus próprios meios, seu corpo, sua voz, seus gestos, seus atos, sua visibilidade e performance, de preferência junto a outros corpos, eles mesmo igualmente irrepresentáveis por terceiros. A *democracia neoliberal*, ao contrário, é uma *democracia de baixa intensidade*, capenga e relativamente vazia, uma vez que a baixa participação popular que a caracteriza acaba por minar quaisquer possibilidades de mudanças no sentido de uma transformação capaz de minimizar e mesmo extinguir as injustiças e desigualdades que permeiam o social. De acordo com Avritzer e Santos (2002, p. 42), "quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o

⁴ Tal entendimento decorre de uma forma radical de compreensão e apreensão da própria democracia. Nesta perspectiva, que se aproxima de modo assaz íntimo da noção de *democracia participativa*, a eleição de representantes políticos (prefeitos, governadores, presidentes etc) é apenas uma parte – e talvez a menos importante e essencial – dos processos democráticos. Em que pese a escolha através do voto, diversos outros fatores concorrem para que a democracia seja *exercida e vivida* de fato, como o acesso à moradia, à educação, à saúde, à mobilidade, à liberdade de expressão etc. Dito de outro modo, o exercício e o gozo da democracia não se configuram unicamente através da "consagração" de votos durante um processo eleitoral qualquer, com o posterior anúncio dos vencedores escolhidos para *nos* representar, mas sobretudo através do rompimento da própria lógica que estabelece fronteiras entre representantes e representados.

paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas”. Não há outro meio de exercer a política verdadeiramente democrática senão participando, lutando e reivindicando, ainda que não haja consenso quanto às causas pelas quais se participa, luta e reivindica. Aliás, sobre tal ponto específico, lembramos com Chantal Mouffe (2015, p. 13 – grifos nossos) que “o que a democracia exige é que formulemos a distinção *nós/eles* de um modo que seja compatível com a aceitação do *pluralismo*, que é constitutivo da democracia moderna”, quer dizer, de um modo a partir do qual tal distinção não se traduza na presunção de um inimigo a ser exterminado, mas de um adversário sem o qual a própria democracia se faria impossível. Para a pensadora belga (p. 29-30), “não há dúvida de que o consenso é necessário, mas ele precisa estar acompanhado do dissenso”, uma vez que “[...] essas discordâncias não são apenas legítimas, mas também necessárias. Elas fornecem a matéria-prima da política democrática”, a qual se dá através do “[...] estabelecimento de uma relação entre elementos de modo que a identidade deles é modificada pela prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 105), ou seja, pela própria *articulação* que viabiliza a formação de alianças capazes de bagunçar, por assim dizer, a partilha do sensível, conceito que se refere, basicamente, ao “[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15 – grifo do autor).

Depreende-se do exposto que tanto Butler quanto Mouffe, assim como Rancière, não desconsideram a dimensão ontológica do político⁵ e afastam-se do estruturalismo e do pragmatismo que costumam marcar leituras de caráter unicamente prognóstico quanto às dinâmicas geopolíticas e suas possíveis alterações ao longo do tempo, a exemplo do que faz uma certa ciência mais “indolente”, por assim dizer, que se nega a mergulhar nas fossas abissais do oceano político⁶. Enquanto Butler (2018, n.p.) defende

⁵ Ressaltamos, no entanto, que Butler (assim como Mouffe e Rancière) não privilegia, em suas análises, o caráter identitário de cada corpo individual, particular, seja ele qual for. O sujeito, para ela, não é um indivíduo, mas um permanente devir, daí que *tornar-se sujeito*, nesta perspectiva, depende da “[...] capacidade de agir diante de constrangimentos de poder que fluem por meio de posições de sujeito” (MARQUES; MENDONÇA, p. 48-49). Neste sentido, chamamos especial atenção a um trecho específico em que a pensadora estadunidense comenta que “[...] o termo *queer* não designa identidade, mas aliança, e é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica” (BUTLER, 2018, n.p.), posicionamento este que não é acompanhado em sua totalidade na América Latina, por exemplo, onde a própria ideia de *desidentificação* como forma de emancipação parece ir de encontro às reivindicações de grupos historicamente invisibilizados e vilipendiados, entre os quais destacamos os povos originários, cujas lutas, saberes e afetos foram e continuam sendo alvo de diversas violações e apagamentos.

⁶ Não nos surpreende, neste sentido, que a filosofia seja o “campo” através do qual tais pensamentos transitam, o que lhes possibilita fazer “[...] uma viagem ao extremo do possível do homem. Cada qual pode não fazer esta viagem,

que “[...] sem entender as relações por meio das quais ele [o corpo] vive e floresce, deixamos de construir a melhor argumentação possível para os vários fins políticos que buscamos atingir”, Mouffe (2015, p. 8) sustenta que “[...] é a falta de compreensão do ‘político’ em sua dimensão ontológica que está na origem da atual incapacidade de pensar de forma política”. Rancière (2010b, p. 75 – grifo do autor), por seu turno, entende que “a questão da política começa onde o que está em questão é o *status* do sujeito apto de se ocupar com a comunidade”, daí que desidentificar-se, quer dizer, descolar-se das identidades aceitas, construídas e impostas pelo/no sistema e pela/na cultura “[...] envolve uma contestação das articulações em voga, que possibilita uma transformação substantiva dos próprios elementos em sua base” (MARQUES; MENDONÇA, p. 52), o que pode vir a criar as “[...] condições para a transformação e a experimentação questionadora das relações de poder que produzem subjetividade e diferença”, processo que encontra na atividade fotojornalística uma possível aliada, bem como seu contrário, a depender de alguns fatores e disposições, como veremos mais adiante.

Trata-se, portanto, de um modo de conceber o político que transcende meras *análises de conjuntura* e que se preocupa com *processos e condições* que tomam o próprio político enquanto “aquilo” que dá margem à criação de estratégias para mudanças mais amplas e profundas, justamente através de articulações entre corpos plurais, distintos, muitas vezes antagônicos.

Por outro lado, a precarização promovida pelo neoliberalismo visa acostumar classes inteiras e grupos de classes inteiros a determinadas situações e contextos (o fim do sistema público de previdência, por exemplo), no entanto a distribuição da precariedade nunca é a mesma para todos, uma vez que esta é *diferencial* na medida em que *ter direitos não significa ter as condições para acessá-los e usufruí-los*. Isto é (e para ficarmos no exemplo aludido, que remete não ao fim do direito de se aposentar, mas à mudança no modo pelo qual tal direito é “disponibilizado” e condicionado), apenas quem tem recursos para pagar por uma previdência privada terá acesso à aposentadoria, enquanto aos demais restará trabalhar e servir ao mercado até os últimos dias de suas vidas. Dito de outro modo, a precarização trabalha no sentido de *normalizar* a precariedade, que por sua vez nunca chega a ser *distribuída* de modo

mas, se a faz, isso supõe que foram negadas as autoridades, os valores existentes, que limitam o possível” (BATAILLE, 2016, n.p.).

igualitário, reconhecidos aí os abismos (sociais, econômicos, culturais etc) que alheiam *aqueles que podem e aqueles que não podem* pagar pelos direitos que, apenas em tese, todos têm à disposição, o que não passa de um cinismo – *um cinismo que mata*, diga-se de passagem, como bem nos lembra Butler (2018, n.p.) quando afirma que “Foucault nos ajudou a articular essa distinção quando falou sobre as estratégias bastante específicas do biopoder, a gestão da vida e da morte [...]”, bem como Achille Mbembe, que “[...] elaborou essa distinção com o seu conceito de ‘necropolítica’”. Acrescentaríamos ainda, neste contexto, as contribuições de Berenice Bento (2018, n.p.), que, ao revisitar e revisar as ideias e conceitos de ambos autores (Foucault e Mbembe), propõe uma nova terminologia – *necrobiopoder* – para descrever “[...] um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver”, de certo modo ampliando e atualizando o entendimento em torno daquelas dinâmicas por si só já inquietantes.

E é justamente por isso, contra isso – e aqui começamos a introduzir alguns dos argumentos que servirão como dispositivos à reflexão em torno do potencial colaborativo do fotojornalismo nas diversas lutas que agregam *corpos em aliança*, para falarmos novamente com Butler –, que *a resistência se impõe*, sendo importante salientar que *resistência não é o mesmo que reação*. Enquanto a primeira pressupõe a criação de uma cena que não havia previamente, que de certo modo suspende as lógicas reconhecidas e autorizadas até então, a segunda ainda opera de acordo com o sistema no qual está inserida, sem questionar, portanto, a própria estrutura que permite e autoriza a ação que a mobiliza enquanto *gesto-reflexo*. A resistência, neste caso, parece ter mais a ver com o que Rancière (1996a, p. 374) entende por *dissenso*, o qual não é simplesmente “[...] um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve [...]”, razão pela qual o mesmo autor situa o *consenso* e a estagnação como pertencentes e constituintes daquilo que denomina *regime policial*, que por sua vez não se refere ao aparato estatal responsável pela repressão e pelo controle de indivíduos em sociedade, da força institucionalizada de milicos armados,

mas ao próprio sistema que engendra a estabilidade e a rigidez dos corpos e seus possíveis.

Em Rancière, assim como em Laclau e Mouffe, ainda que por caminhos distintos, “[...] a potência deslocadora da política não está na afirmação de si, mas na rearticulação entre elementos, que gera desidentificações e dá margem ao surgimento de algo efetivamente contestador” (FJELD; TASSIN, 2015, p. 210). Em outras palavras, enquanto a *política* prevê e promove rupturas nos modos como o sensível é partilhado, fissurando os pilares que sustentam cenários tidos como dados e inalteráveis, através da *encenação* de um *dano* e a permanente *verificação da igualdade* por parte dos *sem-parte* (RANCIÈRE, 1996a, 1996b), a *polícia* trabalha no sentido de concretar tanto as posições quanto as capacidades de cada um, colaborando tanto para o *desperdício de experiências* (SANTOS, 2000) quanto para a reiteração de cânones. Neste sentido, a política não seria apenas aquela dos processos decisórios “[...] pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos pobres e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções dos sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996a, p. 372), mas, mais profundamente, “aquilo” que promove “[...] um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (RANCIÈRE, 1996b, p. 374). O *dissenso* viria, então, para revolver a terra “já pobre de nutrientes”, seca, curtida, rija, conforme Nietzsche sugere metaforicamente em um de seus mais célebres livros, *A Gaia Ciência*. Para o autor (1982, p. 57), “todo terreno acaba por se esgotar, é preciso sempre que o arado do mal volte”. Tal arado, ao nosso ver, pode ser compreendido como a irrupção de corpos que resistem através de sucessivas *subjetivações estético-políticas*, estas entendidas desde já enquanto a “[...] produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência [...]” (RANCIÈRE, 1996b, p. 47-48), ou seja, da própria partilha do sensível.

Por outro lado, se a *resistência se impõe*, isso também implica reconhecermos com Butler (2018, n.p.) que “as cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas quando – e se – temos uma versão visual e audível da cena comunicada [...], de modo que a mídia não apenas reporta a cena, mas é parte da cena e da ação”. Decorre disso

que entender o lugar ocupado pelo fotojornalismo em tal processo de potencialização (ou não) envolve uma série de questões, algumas das quais pretendemos tratar a seguir.

Antes disso, porém, precisamos abrir um parêntese para comentar sobre aquilo que há muito dizem ser a matéria-prima do [foto]jornalismo, que é justamente o que costumamos chamar – às vezes de modo pueril, às vezes com indisfarçável arrogância – de *realidade*. Em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*, livro publicado no Brasil em 2015, composto de cinco ensaios, dentre os quais destacamos *Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag*, Butler é enfática ao afirmar que “se a fotografia não apenas retrata, como também constrói e amplia o acontecimento [...], então, estritamente falando, ela não é posterior ao acontecimento, mas sim se torna crucial para sua produção, sua legibilidade, sua ilegibilidade e seu próprio estatuto como realidade” (p. 125). Ocorre que, a exemplo do que se passa com o sujeito, que “[...] está enredado em teias de significação e poder, que atravessam sua agência” (BORBA, 2014, p. 464), também a realidade não é um dado apriorístico. Enquanto Santos (2002, p. 253) pondera que ela “[...] não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização [...]”, Rancière (2012, p. 74) sustenta que “o real é sempre objeto de uma ficção [...]” e que “é a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão simples entre o domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias”. Não à toa o pensador franco-argelino (2012, p. 99) nos diz ainda que “o problema não é opor a realidade a suas aparências. É construir outras realidades, outras formas de senso comum, ou seja, outros dispositivos espaçotemporais, outras comunidades de palavras e coisas, formas e significados”, o que por sua vez se relaciona com nossa “[...] capacidade de resposta ética” (BUTLER, 2015, p. 118) *diante da dor dos outros*. Tal capacidade, para Butler, estaria em partes condicionada aos modos mais ou menos “humanos” denotados pelos enquadramentos, o que se explica na medida em que compreendemos que a mídia atua a partir de esquemas normativos de inteligibilidade que não apenas produzem ideias do que seja o humano digno de reconhecimento e comoção, mas também o seu contrário, via apagamento e invisibilização, ou seja, “[...] sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida” (BUTLER, 2011,

p. 29). Desse modo, continua ela, “[...] as fotografias devem ter uma função *transitiva*: devem atuar sobre os espectadores de modo que influenciem diretamente os tipos de julgamento que esses espectadores formularão sobre o mundo” (BUTLER, 2015, p. 105 – grifo nosso), muito embora pensemos que é impossível precisar a dimensão e a intensidade daquela influência, uma vez que, assim como acontece com a precariedade, que não é distribuída de modo igualitário, também a indignação perante a dor do outro não é democrática, por assim dizer. “Essas cisões internas convertem-se no fundamento injustificável (na realidade, no fracasso de qualquer fundamento) para o julgamento injusto de que algumas vidas são dignas de serem salvas e outras dignas de serem eliminadas” (BUTLER, 2015, p. 230), como se uma fronteira separasse o “humano” do “inumano”, o que aponta para a necessidade, segundo a autora, de “uma reconceitualização da ontologia da própria vida” (p. 116), uma ontologia que presuma a [co]constituição de todos os seres, de modo análogo ao que nos ensina Donna Haraway (2009, p. 39) quando sugere que “em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas”.⁷

Sendo assim, paremos por alguns instantes para observar a imagem abaixo.

Figura 1: Vidas descartáveis



Fonte: Jon Nazca/Reuters

⁷ Em que pese a riqueza de tal perspectiva, no entanto, Butler (2015, p. 118) afirma que o uso do termo “humano” não deixa de ser importante na medida em que, ao afirmá-lo, podemos nos opor “[...] ao diferencial do poder mediante o qual opera, como uma forma de trabalhar contra as forças de neutralização ou obliteração que nos impedem de conhecer e de reagir ao sofrimento causado, algumas vezes em nosso nome”. Decorre disso, pensamos, que também a noção de *direitos humanos*, tão questionável por vários motivos, entre os quais destacamos sua pretensa universalidade na defesa da dignidade humana, pode e deve sim ser reivindicada e defendida em contextos de sistemáticas violências encabeçadas por forças notadamente desproporcionais, mas também em situações de total ausência de quaisquer tipos de direitos.

Amplamente divulgada desde sua captura no litoral da Espanha, que há muito é o “porto provisório”, por assim dizer, de milhares de africanos que cruzam o Mar Mediterrâneo (neste caso, pasmem, a nado) em busca de melhores condições de vida na Europa – tal imagem carrega em si uma latência e uma potência que suscita inúmeras interpretações e indagações, o que não chega a surpreender se assumirmos com Didi-Huberman (2010, p. 95) que

[...] a mais simples imagem nunca é simples, nem sossegada como dizemos irrefletidamente das imagens. A mais simples imagem [...] não dá a perceber algo que se esgotaria no que é visto, e mesmo no que diria o que é visto. Talvez só haja imagem a pensar radicalmente para além da oposição canônica do visível e do legível. [...] Sob esse aspecto, ela exige de nós que dialetizemos nossa própria postura diante dela, que dialetizemos o que vemos nela com o que pode, de repente – de um pano –, nos olhar nela. Ou seja, exige que pensemos o que agarramos dela face ao que nela nos “agarra” [...]

De nossa parte, e considerando-se o contexto em que ela se insere⁸, que é aquele que envolve a crueldade operacionalizada pelos Estados-nação no controle de suas fronteiras, mas também a do próprio sistema que os legitima enquanto soberanos frente aos nossos destinos, gostaríamos de tecer algumas palavras no sentido de pensarmos a precariedade enquanto experiência direta e indiretamente imbricada em nosso viver circunscrito ao neoliberalismo, quer dizer, na direção da assimetria que experimentamos enquanto corpos *sujeitos* a uma existência ela mesma precária, de certo modo descartável, a exemplo das garrafas que sustentam o menino marroquino⁹.

Embora não possamos precisar o que se passou em sua mente ao perceber que militares lhe aguardavam do “outro lado”, obliterando assim seus sonhos de uma vida excessiva na medida de um ir além da própria limitação imposta pela ausência de possibilidades e *recursos* que encontrava em seu país de origem, seu desapontamento é evidente e nos leva a refletir sobre “[...] os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas” (BUTLER, 2018, n.p.) – tanto lá quanto aqui.

⁸

Disponível

em:

<https://widerimage.reuters.com/story/id-rather-die-than-go-back-moroccan-migrant-boy-tells-spanish-soldier> Acesso em: 22 mai 2021.

⁹ Note-se que uma das garrafas que lhe servem como boia é da Coca-Cola, um dos maiores ícones do capitalismo. Curiosamente, ou não, aquilo que garantiu a sobrevivência do garoto em alto mar, sustentando-o na superfície durante a travessia, também simboliza o sistema que afoga seus próprios sonhos em terra firme.

Ao olharmos tal imagem, ela também nos olha (DIDI-HUBERMAN, 2010). Ao experimentarmos visualmente a dor do garoto, também nós somos instados a nos perguntar sobre o mar que nos separa de um *gozo*, não no sentido das identificações que exasperam paixões nacionalistas, por exemplo, como bem nos alerta Mouffe (2015) a partir das leituras de Yannis Stavrakakis e Slavoj Žižek, que por sua vez se inspiraram na *jouissance* lacaniana para pensar, entre outras coisas, a loucura do nacionalismo, mas de um gozo enquanto aquilo que nos faz sentir vivamente atuantes a partir de alianças e trocas verdadeiramente comunitárias.

Assim, enquanto Didi-Huberman nos lembra que uma imagem *bem olhada* seria “[...] uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem, e portanto nosso pensamento” (2012, p. 216), Butler critica o ufanismo triunfalista que caracteriza determinadas imagens veiculadas pela mídia em contextos de guerra, referindo-se mais especificamente à guerra entre EUA e Iraque, mas que poderíamos tranquilamente estender ao presente para pensarmos, por exemplo, os modos “vitoriosos” pelos quais o agronegócio é apresentado ao Brasil em rede nacional de televisão, com a pujança dos grãos que escorrem lindamente pelas canaletas de potentíssimas colheitadeiras iluminadas por um sol que parece abençoar a terra de onde tudo brota como mágica e sem cessar, tal qual as famílias que aparecem na sequência, saudáveis, plenas, felizes, como que em um comercial de margarina, afinal *Agro é pop. Agro é tech. Agro é tudo*¹⁰.

Se ao enquadrarmos determinado acontecimento ou coisa de tal ou tal modo visibilizamos determinados aspectos em detrimento de outros, então “o ‘como’ não apenas organiza a imagem, mas também atua no sentido de organizar nossa percepção e nosso pensamento” (BUTLER, 2015, p. 109). Assim, a escolha de lentes para cada ocasião, mas também o posicionamento – não apenas físico – do fotógrafo, o ângulo que ele privilegia, a profundidade – não apenas óptica – de que se utiliza, as edições que as imagens eventualmente sofrem etc, tudo isso concorre de modo decisivo para a obtenção de diferentes quadros imagéticos. E tudo isso também acaba por tocar a dimensão estético-política das próprias imagens e sua *quietude inquieta* na relação *dialética* que estabelecem com aqueles que as observam. Aliás, neste sentido, convém

¹⁰ Tanto no caso da guerra citado por Butler quanto aqui temos uma espécie de “[...] espetáculo visual que entorpece os sentidos e, como o próprio sublime, anula a capacidade de pensar” (BUTLER, 2011, p. 30), uma vez que as atrocidades que viabilizam aquelas imagens de pujança (desmatamento, trabalho escravo, uso abusivo de agrotóxicos, destruição de quilombos e mortes, muitas mortes...) acabam por ser soterradas, esquecidas, suprimidas, escondidas, o que oblitera o surgimento de pensamentos e subjetividades outras em torno de alternativas capazes de impedir aquelas mesmas atrocidades.

lembrarmos que estética e política são “[...] maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos” (RANCIÈRE, 2010a, p. 125) – indissociáveis, portanto, da potencial *transitividade* das imagens, transitividade esta que atua, conforme vimos com Butler, como uma espécie de “dispositivo” capaz de influenciar nossas leituras de mundo, bem como nossos afetos.

Mas voltando ao fotojornalismo em contextos de luta e resistência, como ele pode colaborar e se somar às redes que visam diminuir a precarização e a precariedade, intensificando movimentos verdadeiramente democráticos e plurais?

Embora não seja algo simples, que dependa única e exclusivamente do fotógrafo, uma vez que, em última instância, quem decide o que vai ou não ser publicado não é ele, mas um ou mais editores, sem dúvida sua postura diante dos acontecimentos será determinante para os “efeitos” que porventura suas imagens venham a ter junto aos espectadores, o que, como vimos, dependerá em partes dos enquadramentos mais ou menos “humanos” que fizer e em partes da própria *transitividade* de seus registros, além, é claro, das condições de publicização e visibilidade daqueles mesmos registros, o que renderia uma discussão à parte.

Porém, se não podemos presumir um *continuum* óbvio entre suas intenções, as fotos em si e os sentidos e afetos eventualmente mobilizados pelos espectadores, os quais muitas vezes vão na contramão dos projetos de leitura almejados pelos próprios fotógrafos, como garantir aqueles “efeitos”? Diríamos, de antemão, que tal garantia não existe, visto que há sempre um *indecidível* entre a mensagem que se quer passar (inclusive através de imagens) e sua recepção. Independentemente disso, no entanto, pensamos que os fotojornalistas podem vir a experimentar a *não-normatividade* e a *transgressão* como atos e gestos capazes de colaborar para a intensificação da dialética envolvida na fruição de suas imagens, afinal sempre há brechas e fissuras por onde é possível se embrenhar.

Tal comportamento, como gesto estético-político, não teria nada a ver com a defesa de uma moral específica, tampouco dependeria do levantamento de bandeiras desta ou daquela causa, mas iria ao encontro da *representação porosa* que viabiliza a própria prática *político-democrática-contestatória-dissensual* nos termos vistos anteriormente. Quer dizer, o fotojornalismo aqui pensado não atuaria no sentido de

sedimentar e cristalizar posições, mas, ao contrário, contribuiria para o embaralhamento dos diversos sujeitos e corpos que lutam e resistem, eles próprios plurais e não limitados às circunscrições da hegemonia, tampouco restringidos pelos enquadramentos de que possam vir a ser alvo, a exemplo do que vemos na imagem a seguir, de autoria da fotógrafa Duda Dusi, captada durante manifestação contra o governo Bolsonaro, no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2021¹¹.

Figura 2: Rio de Janeiro, 29 de maio de 2021



Fonte: Duda Dusi /Instagram

Poderíamos pensar, neste sentido, em imagens cujo significado só seria depreendido no limiar *trêmulo* de suas próprias contradições, ou seja, no próprio indecível que as constituiria enquanto vestígios de algo em perpétua formação e transformação, como uma espécie de incêndio que colocaria em xeque nossas próprias convicções.

Talvez neste ponto alguém venha a objetar no sentido de nos alertar sobre um dos cânones do fotojornalismo, que é justamente aquele que reafirma a necessidade da precisão da informação que se quer comunicar, o que não chega a nos surpreender na medida em que a própria história da fotografia anda a par com a ideia de documentação,

¹¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPd_T2SpZJW/. Acesso em 29 mai 2021.

de prova, de definição e clareza etc. No entanto, como vimos, o real não é um dado apriorístico, daí que nossa proposição pretende apenas sinalizar para a possibilidade de visadas menos recrudescedoras, a despeito de regramentos internos ou externos à própria práxis fotojornalística, o que sem dúvida exige certa dose de coragem, criatividade e um tanto de ousadia por parte dos fotógrafos, a exemplo do que fizeram Francesca Woodman e Diane Arbus, entre outras e outros, cujos trabalhos poderíamos caracterizar como *transitivos*, críticos, *porosos e dissensuais* na medida do desconcerto, por assim dizer, que suas imagens nos apresentam¹². Não se trata, portanto, de fugir à documentação, mas de fazê-la de um modo diferente, crítico, resistente e que se una às subjetividades e às performances dos sujeitos envolvidos na ação fotografada.

Em que pese o fato de não quisermos ser prescritivos, o que iria de encontro às próprias ideias de transgressão e não-normatividade que aludimos há pouco, talvez fosse o caso de o fotógrafo se perguntar em que medida seus cliques podem colaborar, ou não, para a [des]petrificação de posições e possíveis, o que naturalmente passaria por sua própria capacidade de [de]formação e [des]identificação, que por sua vez dependeria da construção de *articulações estratégicas* junto a possíveis aliados nas redações para as quais se fotografa, bem como no calor das ruas. Dito de outro modo, enquanto partícipe e constituinte dos próprios acontecimentos, e se de fato *o que vemos também nos olha*, então talvez o fotojornalismo pudesse ser praticado e compreendido

[...] em toda a sua dimensão “crítica”, isto é, ao mesmo tempo em sua dimensão de crise e de sintoma – como o turbilhão que agita o curso do rio – e em sua dimensão de análise crítica, de reflexividade negativa, de intimação – como o turbilhão que revela e acusa a estrutura, o leito mesmo do rio. Assim teremos talvez uma chance de compreender melhor o que Benjamin queria dizer ao escrever que “somente as imagens dialéticas são imagens autênticas”, e porque, nesse sentido, uma imagem autêntica deveria se apresentar como *imagem crítica*: uma imagem em crise, uma imagem que critica a imagem – capaz portanto de um efeito, de uma eficácia teóricos –, e por isso uma imagem que critica nossas maneiras de vê-la, na medida em que, ao nos olhar, ela nos obriga a olhá-la verdadeiramente. E nos obriga a escrever esse olhar, não para “transcrevê-lo”, mas para constituí-lo. (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 171-172 – grifos do autor)

Sim, há um quê de utopia na provocação que acabamos de fazer e “é claro que há muitas razões para suspeitar dos momentos idealizados, mas também há razões para

¹² Muito embora tais artistas não fossem fotojornalistas no sentido mais estrito, catedrático e consensual do termo.

desconfiar de qualquer análise que evite completamente a idealização”, conforme nos ensina Butler (2018, n.p.). Assim, esperamos ter ao menos contribuído de alguma forma para adensar o pensamento em torno das múltiplas possibilidades estético-políticas do fotojornalismo, em especial no que concerne à sua capacidade de se somar às lutas verdadeiramente democráticas de nosso tempo.

Referências

- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.
- BATAILLE, Georges. **A experiência interior** (Seguida de método de meditação), trad. de Fernando Scheibe, Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 441-474, 2014.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1º. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206-219, 2012.
- FJELD, Anders; TASSIN, Étienne. **Subjectivation et désidentification politiques: dialogue à partir d’Arendt et de Rancière**. *Ciência Política*, v. 10, n. 19, p. 193-223, 2015.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

-
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London; New York, NY: Verso, 2001.
- MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A política como (des) construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. **Galáxia** (São Paulo), n. 37, p. 41-54, 2018.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: **A crise da razão**. Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- RANCIÈRE, Jacques. **After what**. In: CADAVA, E; CONNOR, P; NANCY, J [orgs.]. *Who comes after the subject?* Nova Iorque: Routledge, 1991.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível** (Estética e política), trad. Mônica Costa Netto, SP: Exo/ed. 34, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 75-80, 2010a.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996b.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. Biopolítica ou política?. **Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 15, p. 075-079, 2010b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.